



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS*

CPI - TRABALHO ESCRAVO		
EVENTO: Reunião Extraordinária	Nº: 1612/12	DATA: 27/11/2012
INÍCIO: 17h18min	TÉRMINO: 18h27min	DURAÇÃO: 01h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h09min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI - Proprietário do Frigorífico Nostra, no Município de Cambira, Estado do Paraná.

SUMÁRIO: Debate sobre o assunto relacionado ao objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da CPI destinada a investigar a exploração do trabalho escravo ou análogo em todo o território nacional.

Informo que esta reunião será interativa, com transmissão pela Internet, com possibilidade de participação de todo cidadão brasileiro, e é mais uma audiência na nossa CPI convocada para investigação com a exposição do Sr. Antônio Valdecir Spaciari, proprietário do frigorífico Nostra, do Município de Cambira, Estado do Paraná.

O Sr. Antônio Valdecir já está aqui na Mesa, vai dar a sua contribuição. Informo aos Srs. Deputados presentes que vamos adotar um tempo concedido ao senhor expositor de 20 minutos, prorrogáveis, se necessário. Os Srs. Deputados podem se inscrever e terão o tempo regimental para isso.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. Valdecir, para sua exposição.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Inicialmente, quero cumprimentar o Exmo. Deputado Walter Feldman e demais Deputados. Venho aqui neste momento tentar esclarecer um mal-entendido gerado por denúncias vazias feitas de forma irresponsável, mas antes de falar, eu gostaria de me apresentar... Um minutinho que eu já...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - O senhor fique à vontade.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - A V.L. é uma empresa familiar. Foi construída com trabalho. Não tivemos financiamento público. Eu costumo brincar dizendo que meu pai não era rico, era um produtor. Nós conseguimos, a partir de trabalho na suinocultura... Eu sou um profissional, sou zootecnista. Vimos trabalhando na produção de suínos até hoje, dentro daquela ilusão de verticalização da propriedade rural.

Começamos um empreendimento como se fosse um matadouro, haja visto que já matamos, inicialmente até de forma precária, como na época era permitido, 30 anos atrás, mas dentro de uma noção higiênica, pelo menos para a época, tolerada. A empresa veio crescendo, veio evoluindo, veio se habilitando, veio se ajustando às novas realidades, e hoje a V.L. é uma empresa com SIF, com inspeção federal, está em processo de reformas e procurando se adequar às normas de



exportação para que a gente possa ou prestar serviço ou almejar alguma coisa em termos de exportação.

Ela só faz abate, ela não industrializa. Ela hoje pega o suíno vivo, abate e distribui a carcaça, não só na região norte do Paraná, como no Estado de São Paulo todo e em outros Estados também, de acordo com as possibilidades.

A V.L. cresceu muito, até na contramão do que está acontecendo hoje no ramo de frigorífico. A gente está notando aí que existe hoje uma tendência de centralização, até de monopólio de algumas indústrias na área tanto de suíno como bovino, como aves. Nós somos uma pequena empresa, mas hoje fazendo um trabalho relativamente considerado grande.

Nós temos 180 funcionários. A empresa vem crescendo, ela vem necessitando de pessoas para trabalhar dentro do seu quadro. Não é fácil fazer uma equipe de trabalho com a velocidade de crescimento que a V.L. teve, na contramão do mercado. Quando fomos surpreendidos... Não surpreendente, porque a V.L. tinha sofrido uma denúncia de irregularidades ambientais há uns dois meses, anterior, de maneira execrada como realmente aconteceu dessa forma, onde os órgãos constataram que não havia nenhuma irregularidade e que a empresa estava totalmente dentro das normas da sua liberação de funcionamento. Mas pessoas inescrupulosas, querendo vender, querendo gerar notícias, acabam falando coisas que não devem e não têm comprovação.

Graças a Deus, eu tenho uma formação católica, e... *(O orador se emociona.)*  
Desculpe. Sei que a verdade ela sempre prevalece.

No dia 31 não me acordaram, porque todo dia de manhã eu levo minha filha para escola, e me ligaram da empresa dizendo que a Polícia Federal teria invadido, com metralhadora em punho, cercando todo mundo, metralhadora na cabeça de funcionário... *(O orador se emociona.)* Desculpe. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - O senhor fique à vontade. Essas manifestações fazem parte dos depoimentos também. Não há nenhuma estranheza em qualquer manifestação que o senhor venha a fazer.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Bom, como não foi a primeira dificuldade na minha vida, com toda a frieza possível no momento, orientei meus advogados a prestar toda a assistência à Polícia Federal, aos Procuradores que lá



foram, inclusive com a presença da Juíza do Trabalho, que esteve presente também na força-tarefa. Não impedi de maneira alguma que fossem apuradas todas as denúncias. Fizemos, inclusive, colocamos à disposição para esclarecimento de todas.

No dia, pararam a empresa, interferiram, tiraram um terço da força de trabalho da empresa, que seriam 70 paraguaios lá encontrados. A empresa trabalhou de maneira, como diz, capenga — desculpem o termo, não me vem outro termo nesse momento.

Nós temos normas de trabalho e procedimentos. O Serviço de Inspeção Federal exige certos atos, e nós mexemos com alimento perecível. Então nós temos que cumprir certos preceitos, certas regras, o que não nos permite simplesmente chegar, desligar um botão e ir embora para casa. Nós trabalhamos com carne; existem regras, existem condições que o SIF exige que se faça durante o processo de abate.

Bom, naquele momento, houve o quê? O levantamento de todos os dados e, no dia seguinte, fui até à Delegacia da Polícia Federal para prestar esclarecimentos.

É lógico que a denúncia foi feita e, infelizmente, a gente, muitas vezes, é criminoso até provar o contrário. Aquele preceito de: “somos inocentes até prova ao contrário” se deturpa. Mas, decorrido o dia todo e analisando toda a situação, percebeu-se que a coisa não era bem do jeito que foi feita a denúncia.

Existia, sim, trabalho de paraguaios? Existiam. Todos estavam de forma ilegal? Não. Já existiam mais da metade em processo de conclusão de legalização, e o restante em processo de entrada, que só não foi permitido que se fizesse a total legalização deles no trabalho porque, infelizmente, não houve agendamento da Polícia Federal no período dos últimos 90 dias. Eu não vou dizer por que, que eu acho que vocês conhecem o que aconteceu, tá?

Inicialmente, houve um atraso na documentação pela dificuldade de se saber como que se fazia o trâmite de legalização desse pessoal que queria vir trabalhar na V.L.

Esses funcionários trabalhavam nos frigoríficos do Paraguai que fecharam devido à crise da aftosa. Como em Maringá, que é a região perto de Cambira, muitos donos de frigoríficos, muitos pecuaristas, têm negócios no Paraguai, inclusive



frigoríficos no Paraguai, levam funcionários do Brasil pra lá, trazem de lá pra cá, existe ali em Maringá, como disse, um intercâmbio, uma relação comum ao setor.

O que aconteceu? Nós estávamos com vagas em aberto. Colocamos no SINE da região toda. São coisas antagônicas. Foi fechado um frigorífico da Friboi, em Maringá, com mais de 1.500 funcionários, e eu não consegui trazer 10 funcionários de Maringá pra trabalhar na minha empresa. Não precisa dizer o porquê: porque eles estavam todos no seguro-desemprego. Quando nós trazíamos só... Precisamos que se registre, o pessoal se omitia falando: *“Não, nós não vamos trabalhar porque nós estamos no seguro-desemprego, preferimos trabalhar por diária na construção civil, aonde quer que tivesse essa oportunidade de se trabalhar por diária.”* Então, existe um problema crônico que não cabe a mim resolver, mas cabe a mim tentar resolver os problemas da minha empresa.

Houve essa colocação de que haveria pessoas lá com vontade de vir trabalhar. Na época, conversei com o meu advogado e falei: *“Existe alguma coisa que proíba essa vinda dos paraguaios pra cá?”* Ele falou: *“Não. Existe um acordo do MERCOSUL, de trabalho, cujos paraguaios podem vir trabalhar no Brasil.”* Existe alguma questão de limitação? Naquele momento foi nos passado que até um terço do quadro de funcionários poderia ser de estrangeiros, que, por sinal, depois do Ministério do Trabalho nos veio comunicar, depois de muita conversa, depois de isso tudo ocorrido, que não existe mais limitação nenhuma. Se eu quisesse trabalhar com 100% de pessoas do Paraguai, eu poderia trabalhar — funcionários paraguaios.

Não que eu queira trazer estrangeiros pra trabalhar no Brasil, o que eu acho um absurdo, né? Você pegar uma região como Cambira, que está entre Londrina e Maringá, quer dizer, é uma região metropolitana rica, e a maioria das reclamações é: *“Não se consegue pessoal qualificado pra se trabalhar.”* Ou você forma uma mão de obra... O trabalho do frigorífico não é um trabalho fácil. É um trabalho, de certa forma, com certa insalubridade prevista por lei. Não é qualquer um que se sujeita, porque é uma linha de produção e nós não podemos pará-la. Ela tem que seguir até o seu... Tem um início e tem um fim. Você não tem muita maleabilidade. A pessoa tem que se sujeitar a essa linha de produção, respeitando-se os períodos de intervalo.



Quando fui chamado na Polícia Federal para esclarecimento, eu achei lá o Dr. Marcelo, Procurador, com o qual eu tinha tido uma reunião com ele 30 dias atrás, com a presença do meu fiscal federal do Ministério da Agricultura, para justificar que a empresa estava passando por um período de reforma. E que essa reforma, por não poder parar, infelizmente, porque nós não tínhamos recursos pra poder parar para fazer essa reforma, nós tínhamos que fazer essa reforma nos momentos em que o frigorífico não estava trabalhando.

Então, muitas coisas estavam sendo ajustadas, sendo readequadas. E, devido a alguns problemas de equipamentos, o horário estava se estendendo um pouquinho acima. Não que o pessoal estivesse trabalhando, mas sim, com a quebra de um ou outro equipamento, algum não funcionamento, então se parava, esperava-se a solução do problema para depois o pessoal voltar. Só que, infelizmente, esse pessoal voltava, não batia cartão; nós pagávamos esse horário parado, estendia-se pouco.

Nessa reunião, na saída, depois de a gente ter explicado o que estava acontecendo por um período, inclusive em cima de um ajuste feito também com o Ministério da Agricultura para as reformas que eles nos pediram para que se adequasse a empresa realmente e viesse a estar totalmente dentro das novas regras que foram colocadas, naquele momento, ele me indagou: *“Valdecir, existe uma denúncia de trabalho de paraguaio. Você tem paraguaio trabalhando lá?”* Eu falei: *“Doutor, tenho. Tenho 12 que tá já com carteira protocolada, que está saindo a carteira, que está sendo registrado, e tem mais um pessoal do qual eu pretendo completar as vagas, que eu não consegui completar com brasileiros, com trabalhadores paraguaios. Só não estamos conseguindo, doutor, agilizar o processo devido ao problema de agendamento na Polícia Federal.”* A Polícia Federal não estava agendando a entrada da papelada do pessoal do Paraguai naquele período de 70, 90 dias. Eu falei: *“Doutor, mas assim que resolver essa questão, todos vão estar regularizados.”* Nesse momento, na Polícia Federal, eu falei: *“Doutor, o senhor sabia do trabalho deles e sabia que estava sendo regularizado.”* Tanto é que a Polícia Federal detectou, ela chegou a reconhecer nos meus quadros de funcionários pessoas e falava: *“Você estava lá essa semana lá.”* Realmente estava, estava levando o pessoal pra ser regularizado.



Então, o que aconteceu em termos de trabalho escravo: não houve nenhum trabalho escravo; todo mundo tinha o direito de ir e vir. Para vocês terem uma ideia, no domingo anterior, os paraguaios ficaram a tarde inteira, o domingo inteiro jogando bola no campo da cidade e fazendo churrasco na beira do campo. Foi até um dos motivos que eu creio dessas denúncias, da ciúmeira causada, porque eles tinham até essa regalia. Então, são coisas que a gente estava preocupado para dar até uma questão de ocupação, né? Vejam um monte de pessoas, no final de semana, parado, sem fazer nada, longe da sua residência... Quer dizer, você se preocupar em dar uma ocupação mental para essas pessoas, porque, senão, é boteco, é cachaça e outras coisas mais. A empresa estava tomando esses cuidados.

Fomos pego sim... Desculpe. O que mais nos deixou constrangido na questão foi que a mídia soltou e pessoas irresponsáveis soltaram na mídia dizendo que tinha gente que trabalhava por 45 centavos ao dia. É um absurdo! São coisas que eu até conversando com a minha esposa sempre falei: *“Mãe, não se preocupa, porque quanto mais besteira falam, mais difícil é de engolir depois e mais indiscreto cai”*. Porque isso que estão falando são absurdos que, quem conhece nós, o nosso trabalho, sabe que é mentira, tá?

Fizemos um TAC com o Ministério Público. Não preciso dizer as circunstâncias. Nós tivemos 2 depoimentos anteriores aos meus, que faço as palavras deles o mesmo que eu senti, o mesmo que aconteceu comigo. Fizemos um TAC. Dos 75 ou 72, mais precisamente, paraguaios que foram localizados, 8 optaram em voltar para casa, o restante optou em permanecer na empresa trabalhando. Se eles estavam sendo tratados como escravos, será que eles gostariam de ficar na empresa? Foi dada a condição para eles optarem em voltar. A maioria está lá trabalhando hoje, recebendo a remuneração igual dos brasileiros.

Então, hoje nós temos uma responsabilidade. Houve, não digo uma exorbitância no cumprimento do dever, mas houve uma falha em se divulgar coisas na mídia sem antes ver a realidade. Inclusive a juíza lá presente chamou a atenção do Procurador de São Paulo, que ela tinha assinado a averiguação, inclusive sob sigilo de justiça, e muito nos surpreendeu quando está lá o Procurador, reunido com os repórteres, dizendo que lá tinha trabalho escravo, sem antes analisar os documentos, sem antes avaliar o que tinha realmente, em que situação que estava.



Então, erramos. Erramos em permitir que eles trabalhassem sem estar com a documentação totalmente pronta, devido a um problema burocrático da Polícia Federal, devido a desinformações, dificuldades do setor responsável em procurar ajudar e a esclarecer. Nós levamos quase um mês pra tentar descobrir qual que era a forma correta e dentro da legalidade pra se poder legalizar o trabalho desse pessoal.

Então, o que eu venho aqui hoje esclarecer? O quê? Que nós estamos trabalhando? Que os meus funcionários não são tratados como escravos? Que a empresa tem falhas? Tem, como toda empresa que está crescendo; ela não consegue montar uma equipe 100%. Existem falhas humanas dentro da equipe, existiram falhas humanas dentro do meu setor de DP. Então, vieram muitas colocações, muitas informações erradas que não se procederam, que não se concretizaram, ou seja, as denúncias não foram comprovadas.

Então, estou aqui eu hoje, empresário, trabalho desde os meus 22 anos; levanto todos os dias 6 horas da manhã, sou o último a sair da minha empresa, sendo acusado de trabalho escravo. O que eu posso esclarecer e reconhecer é que trabalho escravo é um absurdo. Isso foge da minha formação; foge da minha formação e da minha família.

Fomos acusados, não se comprovou. Os documentos estão com o pessoal, com os meus advogados, advogados da V.L., todos escaneados; as TACs, a comprovação de que já havia registro posterior à data da averiguação, que já existiam protocolos anteriores à data da averiguação, que já existiam documentos tramitando e que o processo não estava sendo de aliciamento e nem de trabalho escravo. Era um trabalho normal de oferecimento de vagas sendo preenchidas por aqueles que procurassem a empresa. Houve, sim, um trabalho de comunicação entre eles — *“oh, existe a vaga aqui”*. Lá eles estavam parados, estão desempregados, o pessoal vinha pra nos procurar. Eles podem vir, vocês pegam, se eles estiverem realmente adequados e dentro daquilo que a empresa quer, não tem problema nenhum o fato de ser paraguaio. A empresa não discriminou em hipótese nenhuma os paraguaios e nem os brasileiros. Ela não adota esse tipo de discriminação.



Então, senhores, o que eu teria pra esclarecer para vocês o que ocorreu foi uma denúncia leviana. Não culpo as autoridades pelo procedimento, só deixo o meu registro — não seria registro —, a minha indignação de se ter deixado vaziar a informação e ser colocado pelas autoridades que lá estavam na mídia uma coisa que eles estavam lá para averiguar a realidade, para averiguar a veracidade de julgar e me condenar em público. A empresa sofreu com isso, está sofrendo. A última conversa que eu tive com o Procurador, depois de assinada a TAC, eu falei: *“Doutor, não garanto que eu vou cumprir essa TAC, porque eu não sei o estrago que isso daí vai causar na minha empresa.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Só para concluir, é só a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Conclusão: a V.L. é uma empresa familiar, jamais teve trabalho escravo. Errou em permitir o trabalho do pessoal sem o devido registro. Foi punida? Está cumprindo com os seus deveres? Está. Não houve configuração nenhuma de trabalho escravo, muito menos de aliciamento de estrangeiro. E os que lá estão trabalhando hoje estão todos regularizados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Muito bom. Agradeço o pronunciamento do Sr. Valdecir.

Abro a palavra aos Srs. Deputados, para as suas arguições.

Em primeiro lugar inscrito, o Deputado Carlos Magno.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Eu gostaria de agradecer ao Presidente, Relator, e encaminhar direto ao Antônio, empresário do frigorífico Nostra.

A quantos quilômetros fica o Município de Cambira da divisa com o Paraguai?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Mais ou menos 300, 350 de Guaíra; uns 400, 450 de Foz do Iguaçu.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Esses trabalhadores, eles vieram por livre e espontânea vontade, entraram no Brasil e buscaram essa oferta de trabalho?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Porque estavam no SINE no interesse da mão de obra brasileira.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Sim.



**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - O que me estranha, por parte dos depoentes que sofrem a fiscalização, é que eles sempre se manifestam que há alguma denúncia anônima com relação às atividades ilegais que possa caracterizar o trabalho escravo.

A primeira coisa é que nós estamos aqui com um objetivo... Se pegar todo mundo desta Comissão, todos são contra o trabalho escravo E a forma dessa forma desta Comissão é elucidar os casos. Mas paralelamente, já existe, correndo dentro da Casa, legislações para identificar o que é um trabalho escravo, o que não é, para ver... E na legislação anterior...

São duas coisas que me preocupam: a questão das denúncias anônimas. Ela pode vir em decorrência da concorrência; ela pode vir em decorrência do mau trato que sofreu de alguma maneira ela apareceu. É essa também a atitude de quem chega à empresa para fiscalizá-la, dizendo que existiu uma denúncia anônima contra, identificando aquela irregularidade cometida na empresa. Se com você aconteceu dessa maneira, eles abordaram a empresa em decorrência dessas denúncias, ou se foi por parte de uma fiscalização normal, periódica, que é normal acontecer. Se existe um órgão do Governo para fiscalizar, naturalmente, como na área ambiental, tem na área trabalhista também, que é o mais normal que a gente possa imaginar dentro de um estado de Direito, onde podem ser respeitados os limites e não os abusos.

E outra questão que me preocupa muito é que sempre termina também num resumo, num TAC, que é um termo de acordo, assinado. Para o meu entendimento, que não é a minha área, o jurídico, mas está aqui o Deputado Moreira, o TAC nada mais é do que uma confissão do ilegal que você está cometendo. Então, se você assina ele, você está reconhecendo que realmente está cometendo uma ilegalidade com relação à legislação. Então, essa proposta do TAC é uma proposta do procurador, do fiscal que vai lá, que quando coloca o TAC coloca de uma forma a beneficiar os trabalhadores em comprometendo a empresa a cumprir com essas cláusulas do TAC, entendeu? Ou ele foi feito com outros interesses, que fossem dos trabalhadores ou do episódio acontecido.



Então, esses são meus encaminhamentos e eu gostaria que você respondesse. E quantos trabalhadores, porque passaram despercebidos aqui quando você disse o número de empregados que a empresa tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Só para fins de metodologia: os Srs. Deputados perguntam e V.Sa. os responde na conclusão final. É melhor.

Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, na verdade, mais um depoimento surpreendente nesta Comissão. É importante. Eu acho que aqui começa a aparecer a verdade daqueles que produzem, que trabalham, da perseguição, do abuso de poder. Com certeza, V.Sa. levanta um outro ponto que nós entendemos muito grave neste País, que é a falta de mão de obra por uma coisa chamada seguro-desemprego. Quando V.Sa. coloca que fechou um frigorífico vizinho em Maringá — 1.500 pessoas — e não conseguiu trazer essas pessoas para o seu frigorífico, porque estavam todos com o seguro-desemprego. Isso é muito grave.

Quando eu levantei aqui a questão do nosso Presidente da FIESC — Federação da Indústria de Santa Catarina, dizendo que no ano de 2011 o Ministério do Trabalho gastou 50,6 bilhões de reais e 32,8 bilhões são de seguro-desemprego; quando a educação gastou 44, 5 bilhões. Alguma coisa está errada. Eu acho que aí está a origem, pelo simples fato de o senhor não conseguir, os trabalhadores do Brasil, e na verdade, sem opção, buscar os trabalhadores do Paraguai, porque não conseguia tocar seu frigorífico com mão de obra brasileira. Isso é muito grave.

Eu acredito que nós temos que, Srs. Deputados, colegas Deputadas, buscar nos aprofundar nesse processo para buscar uma solução, porque, além de prejudicar uma empresa que está produzindo, não se está fazendo com que se retire do mercado a mão de obra necessária para que o Brasil ande. E não é só nesse setor. O próprio Dr. Henrique Córdova que esteve aqui e sabe que nós estivemos lá em Santa Catarina, isso não está acontecendo agora em Santa Catarina, que os agricultores estão erradicando macieiras, estão erradicando a maçã em Santa Catarina, porque não conseguem trabalhadores para fazer a colheita da maçã. Isso está acontecendo com a batata, está acontecendo outros como cebola, alho, com outros produtos, café, que precisam de mão de obra. Veja a que ponto nós



chegamos! Porque é muito mais compensatório alguém receber sem trabalhar, e o Brasil paga a conta, os brasileiros não, o Brasil, e nós temos esse problema. Com certeza, se o senhor tivesse esses empregados no Brasil, o senhor não precisa buscar e o pessoal do Paraguai. Veja a situação.

E a outra questão que o senhor levanta, nós sabemos de toda a greve da Polícia Federal, quer dizer, o próprio órgão público causando problema e depois sendo um dos condutores de uma autuação que V.Sa. tem. Então, nós chegamos num ponto realmente que o Governo, nessas áreas, não ajuda, atrapalha. E nós da agricultura falamos assim: *“Se chover e o Governo não atrapalhar, a agricultura vai bem.”* Nesse caso, o Governo atrapalha. Então, essa questão fica muito clara. O senhor está trazendo um dado novo para esta Casa.

Eu acho que é importante nós nos debruçarmos sobre esse assunto. Só uma pergunta que eu queria fazer para o senhor: essa ação que o senhor fez de trazer os paraguaios aqui, ela já está legalizada em termos de Brasil e Paraguai? Pode o brasileiro trabalhar lá e o paraguaio trabalhar aqui? Há esse acordo na área trabalhista para que isso possa acontecer legalmente? É claro que você teve esse problema. Eu não sei se foi por falta do conhecimento do assunto ou se alguém não permitiu que você legalizasse esse pessoal e trazer esse transtorno todo. É um desabafo válido, acho que é importante. Você não falou só para nós aqui, você falou para a Internet, por consequência, para o planeta.

Então, Deputado Asdrubal, que embora preside a Casa, nós precisamos realmente tomar as providências. Tenho certeza que foi muito válido o seu depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre depoente, eu quero rapidamente apenas lhe parabenizar pela coragem. Essa sua emoção contagia a todos nós, e as pessoas que falam a verdade agem dessa forma. Eu sou do mesmo jeito. Mas eu gosto da verdade. Isso é o que a gente precisa. Infelizmente, nós temos alguns empresários, muitos convidados para virem aqui: *“Não, mas eu não vou, não sei se devo, porque depois vão me retaliar.”* Retaliar o quê? Qual é o problema de enfrentar a verdade, de desmascarar essa



farsa, que é essa história de combate ao trabalho escravo no Brasil? Isso é uma vergonha.

Então, eu quero começar lhe parabenizando por ter vindo aqui, assim como os outros dois corajosos que vieram hoje. Nós precisamos desmascarar essa farsa, que é essa história de que existe trabalho escravo no Brasil. Não existe. O que existe é um descumprimento da legislação trabalhista. E nós estamos vivendo um momento que é mais ou menos parecido com o seguinte. Veja só, é como... Como é que chama os que tomam conta das crianças? O Conselho Tutelar. Vai à noite junto com o Promotor, junto com o Juiz, vai num ambiente qualquer onde o menor não pode estar. Simplesmente encontra o menor dentro de uma boate, por exemplo, tira o menor lá de dentro, multa e acaba com a vida do — eu não quero entrar no mérito aqui — dono lá da boate. E o que faz com o menor? Deixa na rua. Deixa na rua.

É isso que está acontecendo com essa história. Vai lá, liquida com a sua vida, liquida com a sua empresa por conta de que têm lá estrangeiros trabalhando, quando isso deveria ser um problema do Governo. Por que existe um estrangeiro trabalhando lá dentro? Porque nós temos aqui um acordo com o MERCOSUL que permite. E, se permite, legaliza a situação do cidadão que está ali dentro. Esse seria o caminho sensato: *“Olha, eu só suspendo o trabalho dessas pessoas agora, e o senhor tem aqui 20 dias, 30 dias, 1 dia, 24 horas, 1 hora para legalizar a situação dele.”* Esse é o caminho. Não é ir lá, massacrar, chamar a mídia e fazer bonito. É isso que acontece.

Eu tenho um caso lá de Rondônia, para encerrar. Ele vai vir depor aqui. É uma das vítimas ao inverso, um trabalhador tido como libertado— entre aspas — de uma dessas fazendas lá de Rondônia. Ele disse para o delegado de polícia: *“Pro senhor ver que ironia: eu saí de casa, feliz, deixei minha família em Ji-paraná, empregado, porque ia ganhar um bom dinheiro. Saí de lá desempregado e com essa mancha na minha carteira de trabalho aqui, que eu fui libertado do trabalho escravo. Nunca mais consegui emprego em lugar nenhum.”* É isso. Agora, cadê o fiscal que foi lá fazer? Cadê o promotor que foi lá fazer? Resolveu o problema? O empresário está na boa. Resolveu o problema dele, pagou a multa. E o pobre do trabalhador, como disse o seu antecessor que se sentou aí? Na sarjeta. Esse é o Brasil que a gente vive.



Parabéns pela sua coragem.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Asdrubal Bentes) - Com a palavra o Deputado Paulo Cesar Quartiero.

**O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, , depoente, é incrível como no Brasil nós conseguimos, além dos problemas já existentes, criar mais problemas e maiores problemas. Isso é um caso típico.

Eu só discordo aqui do nosso Deputado Moreira Mendes, que saiu. Eu acho que há trabalho escravo no Brasil, e é muito. E o trabalho escravo, eu posso falar, é o produtor rural. Esse é escravo. Esse paga imposto de tudo quanto é lado, é difamado em tudo quanto é canto, tem a sua renda confiscada e, muita das vezes, chega ao fim da vida e o patrimônio, a terrinha dele, o que sobrou, a terrinha, a casa dele, a propriedade, e o Governo vai lá sequestra, dizendo que foi mal havido, que foi grileiro, que foi explorador de melhorias de tudo quanto é tipo.

Então, esse é o nosso problema. Agora, por exemplo, nós que vivemos na periferia do Brasil, o senhor mora lá em Cambira, talvez um dos mais desenvolvidos no Estado do Paraná, e tem dificuldade de se legalizar. Agora imagine nós, com Polícia Federal em greve, IBAMA em greve, INCRA em greve, todo mundo está em greve. Não tem ninguém. O Brasil não tem ninguém para resolver problema, só tem para fiscalizar e para punir. E a questão do trabalho escravo. Trabalhador lá na nossa região é disputado no tapa, não tem trabalhador. Você encontrar um pedreiro, um carpinteiro lá é uma luta. Então, na verdade, nós é que somos escravos da boa vontade de ter até que enamorar, tratar bem o nosso amigo, o profissional para ele dar ao luxo de vir nos atender. E nós ficamos aí nessa situação. Realmente a gente procura um trabalhador, eles não querem se registrar, porque eles perdem os benefícios do Bolsa Família, bolsa não sei o quê. Então, você só consegue produtor, trabalhador que quer trabalhar. Infelizmente, ele quer chegar lá e trabalhar sem ser registrado. E a gente, no desespero de perder uma produção, perder uma safra, de atender até os pagamentos de imposto, pagamentos de duplicada, de tantos incentivos, acaba cedendo e cria-se um problema. E aí vai lá, aquela ação. Sinceramente, rapaz, eu já ando enjoado de ver essa Polícia Federal com essa



Força Nacional, esse circense, essa polícia circense, de metralhadora. Por que não vão lá para os morros lá brigar com os bandidos? Por que não vão atrás de traficantes? Lá não vão, porque lá recebem bala de volta. Agora, em cima de produtor honesto, porque não é ele que estava levando a filha para a escola, aí eles são valentes. Aí, sim.

Então, é isso que fica aí, Sr. Presidente. Não sei o que nós estamos querendo criar no Brasil. Sinceramente, não consigo atinar. Um País com quase 200 milhões de habitantes, nós não temos força de trabalho, nós não temos profissionais. E as pessoas são treinadas hoje para entrar numa firma, trabalhar certo período e procurar o Ministério do Trabalho para achincalhar a firma e ganhar benefícios. Aonde nós vamos chegar com isso? Aonde nós queremos chegar?

Então, era isso.

Agradeço a sua consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Deputado Asdrubal Bentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de integrar a Comissão Especial que discutia a PEC do Trabalho Escravo, há muitos anos, há uns dois ou três mandatos, se não me falha a memória. E, naquela oportunidade, a discussão estava muito passional, as coisas fugindo ao controle da razão, e isso estabelecia um radicalismo em torno do trabalho escravo que, lamentavelmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até hoje não foi definido o que é trabalho escravo. Eu acho que o erro passa por aí. Não existe, Sr. Presidente, uma definição do que seja trabalho escravo. E aí fica a bel-prazer a interpretação subjetiva de fiscais que muitas vezes vão ali com a intenção ou de tirar vantagens indevidas, criar dificuldades para ganhar facilidades, ou de aplicar de forma errônea a lei.

Naquela oportunidade, eu pedi vistas do projeto, porque o projeto era tão leonino com relação aos empregadores que não se dava sequer o direito à defesa. Colatto, acho que se lembra desse episódio. O circo estava montado com atores globais na Comissão Especial e eu tive a coragem de pedir vistas para mostrar a inconstitucionalidade do projeto que não dava direito à defesa àquele que era acusado de praticar o trabalho escravo. E esse passionalismo continua. Eu não sei



aonde querem chegar inviabilizando empresas, porque não há empregos sem empresas. Evidentemente, se as empresas não cumprirem a lei, elas têm que pagar pelos seus erros. Mas no máximo que eu vejo nesses casos todos não é trabalho escravo, é infringência à legislação trabalhista, que poderia muito bem ser punido com as penas da legislação trabalhista.

Essa história de trabalho escravo, Sr. Presidente, honestamente eu não consigo entender. Eu não consigo entender aonde querem chegar, qual é o objetivo. Se a empresa não cumprir determinado artigo da lei trabalhista, ela que pague por isso, têm as penas da lei. Mas daí a enquadrar como trabalho escravo para fechar empresas, acabar com empregos para centenas, milhares de pessoas? E eu não sei qual é o objetivo dessa gente. Eu acho que... Inclusive era tão rigorosa que você perdia a propriedade, havia o confisco dos bens, coisas absurdas, Sr. Presidente, que nem nos tempos da exceção acontecia isso.

Lamentavelmente, eu me preocupo, porque o que nós ouvimos agora do empresário que aí está, o estado de nervos que ela ainda se encontra, é decorrente exatamente da situação vexatória que ele passou numa comunidade em que, creio eu, a empresa dele tem credibilidade, a pessoa dele tem respeito e, de repente, vê todo um passado conquistado com muitas lutas, com muito sacrifício ser jogado na vala comum do descrédito, enfim, ser jogado na lama.

Então, quero dizer a V.Exas., Sr. Presidente e nossos ilustres pares, que nós precisamos... A PEC do Trabalho Escravo já passou por esta Casa, já está no Senado, mas, lamentavelmente, não há uma definição do que seja o trabalho escravo. E há um princípio geral do Direito: não há crime sem lei que o defina. Quando não existe na lei a definição de tal crime, não há crime. Simplesmente *nullum crimen, nulla poena*, já diziam os romanos, no Direito Romano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Esmerilhou.

Deputado Padovani.

**O SR. DEPUTADO NELSON PADOVANI** - Quero cumprimentar o Deputado Walter e dizer ao Antônio, esse empresário do meu Estado do Paraná, que nós estamos assim muito tristes com o que está acontecendo com esse projeto que passou na Câmara. Fui contra aqui, vários Parlamentares fomos vencidos.



Ele é um projeto, Sr. Presidente, que não tem caminhos. É uma afronta ao direito de propriedade. Imagine, Antônio, você é empresário num país que tem a maior carga tributária do mundo e você, que sabe dessa lei que nós temos, arcaica da CLT, que é a Justiça do Trabalho, você, que tem dificuldade de conseguir pessoas preparadas para trabalhar, que há uma falta de mão de obra especializada...

E esse projeto que passou aqui, Sr. Presidente, do trabalho escravo, ele é uma afronta ao direito de propriedade por quê? Imagine, eu tendo uma fazenda lá em Mato Grosso, moro no Paraná, arrendo minha fazenda, o vizinho lá planta meio hectare de maconha e a Polícia Federal faz um flagrante. Lá vai a minha fazenda, e nem estou sabendo, para a reforma agrária, e sem direito a indenização.

Assim é aquela que trabalha no seu apartamento ou na sua casa, aquela doméstica, que, às vezes, tem ali um pé de maconha na cozinha e o senhor nem sabe, e ela pratica, às vezes, aquele ato, e a Polícia Federal faz aí um flagrante. E lá se vai o apartamento para a Minha Casa Minha Vida, sem direito a indenização.

Então, o que nós temos que fazer neste projeto que passou agora e está no Senado é rever o que é trabalho escravo e o que é o direito de propriedade, o que é o respeito ao Antônio, a esses empresários que lutam neste País para dar um emprego.

Então, nós temos que, nesta Casa, neste Parlamento, definir as pessoas, dar direito àquele que produz, que gera emprego, que paga impostos, porque quando a gente aqui, Parlamentares, vai até o Ministro da Saúde buscar dinheiro para levar ao seu Município, ao seu Estado, quem trouxe esse dinheiro? Essa empresa que pagou os impostos. É ele que traz os recursos para que nós possamos fazer trem-bala neste País, que também fui contra o trem-bala que sai de Campinas e vai ao Rio de Janeiro, quando nós precisamos de trens para transportar os produtos que o Paraná produz e os outros Estados.

Quando existe dinheiro para fazer estádios e Copa do Mundo, está faltando para a saúde brasileira. Então, quero ficar aqui solidário, Antônio, a você e dizer que este Parlamentar do Paraná, que também vem da iniciativa privada... Eu sei da dificuldade que você passa e agora essa humilhação do trabalho escravo. Pode



contar conosco, este Parlamento, que aqui tem Deputados voltados ao interesse da iniciativa privada, ao crescimento do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Muito obrigado, Deputado Nelson Padovani. Não havendo mais senhores Deputados inscritos, eu quero só uma explicação final, Sr Antônio Valdecir, lhe perguntando o seguinte: já houve julgamento? Porque o senhor me diz da conclusão.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - A juíza já homologou um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Já homologou? E disse qual é o parecer dela?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Não, ela concordou com a TAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Com o TAC. Ah, só. Só houve um acordo.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - E homologou a TAC. Inclusive, conversando com ela após, eu ia até responder na questão da TAC, mas depois eu vou conversar sobre isso, da possibilidade de se rever o TAC.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - É possível cumprir o TAC?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Estamos trabalhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Agora, eu não entendi também, Sr. Antônio, o TAC diz respeito à questão dos imigrantes ou tinha condições de trabalho também especificadas?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Com relação, por exemplo, às condições de trabalho, não foi inventado nada, a não ser a interdição de algumas casas que nós cedíamos para eles, inclusive por alguns pontos que eu, inclusive, indaguei com a Dra. Juíza, lá numa audiência que nós tivemos. Eu falei: *“Doutora, um dos pontos que interditaram o vestiário foi o uso de beliches com a altura inferior a um metro e dez entre uma cama e outra”*. Eu falei: *“Mas, Dra., se existe uma norma que diz que a altura de um beliche no outro seja de um metro e dez, por que que se fabrica beliches fora da especificação técnica determinada?”* Os beliches em que eles se encontravam eram todos novos, colchões novos. Foi aventada a questão de bebedouro. O senhor fiscal se esquece que ele estava num ambiente do frigorífico onde todos os pontos de água do frigorífico são potáveis e controlados



com análise. Mas faltou o bebedouro. A empresa está providenciando para que libere essas casas.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Mas na empresa ele exigiu nos alojamentos, não?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Não, não eram alojamentos, eram casas que nós cedíamos para eles fazerem as repúblicas. Então, houve algumas falhas. Faltou higiene. Então você pega nove pessoas, homens, bota na casa. Eu morei já em república na minha vida de estudante. Por mais que a gente contrate a faxineira, para você manter uma casa organizada com nove homens, aí é uma questão de bom senso.

Não questiono, de maneira alguma. Estamos resolvendo todas essas questões. Alimentação. A comida que eles comiam é a mesma que eu como todo dia, em cima da minha mesa. Contratamos uma delas, dos paraguaios, para fazer a comida especificamente, porque eles têm hábitos alimentares diferentes. Eles, de manhã, gostam de comer uma tal de *tortilla*, gostam muito de mandioca, de comida com farinha. É um hábito alimentar deles, diferente. Então, a empresa fornecia até essa distinção, que seria até contra os brasileiros, embora os brasileiros comiam a comida normal servida no refeitório. Então, em termos de alimentação, eles comiam a mesma coisa que nós.

O refeitório, para vocês terem uma ideia, é ao lado das casas. Ele era deixado disponível para eles, a qualquer hora, fora do expediente, acessar o refeitório. É lógico, não é à vontade, senão você imagine um monte de gente entrando numa cozinha sem controle, o que viraria. Então, nós criamos certas normas de procedimento, igual a todos os funcionários da empresa. Então, as condições que eles estavam... Inclusive saiu na mídia que tinha paraguaio dormindo na garagem da casa. São certas infelicidades, porque aquele dia foi o dia que mais fez calor na nossa região, e dois tiraram a cama, o colchão do beliche e levaram pra fora. A mídia chegou, e bah: "*Condições que a VL dá para os funcionários: dormir na garagem*". Então, são situações que, infelizmente, em certas horas que não poderiam ter acontecido, mas infelizmente aconteceram, analisando o porquê a gente até entende, mas a mídia já jogou aquilo como se fosse uma coisa não pontual.



**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Mas e o TAC?

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - O TAC. O TAC foi uma negociação das 10h da manhã até às 5h da tarde. Eles estavam me comparando com a BRF. avalia com a BRF. Ainda brinquei com o procurador, falei: *"Doutor, obrigado, é o meu sonho um dia chegar a uma BRF, tá? Mas o senhor está comparando duas coisas totalmente distintas."* Inclusive brinquei com ele, falei: *"A BRF não tem dono e a VLT, infelizmente era eu, e respondia por ela."* Ele propôs uma multa de um milhão de reais. Eu falei: *"O senhor, desculpe o termo, o senhor está é doido. O senhor quer fechar a empresa, o senhor fecha então. A empresa já está, como diz, trabalhando numa saia justa para cumprir suas obrigações, o senhor vem querer me dar uma multa de um milhão!"* Foi aí que a coisa foi começando a tomar o tom da realidade, as pessoas demonstrarem bom-senso, e ficamos de terminar ele ajustar o TAC na empresa. Por que o que eles pediram para mim que fizesse? *"Faça a rescisão de todo."* Mas eles receberam, vocês pegaram todos os documentos, eles receberam. *"Pagou errado, paga duas vezes."* Calma, consinto. Realmente, se paguei errado, tem que pagar duas vezes. Eu falei: *"Mas doutor."* *"O quê?"* *"O senhor está vendo que o meu problema aí é só de regularização, que está andando. Por que que eu preciso fazer a rescisão, se a gente fizer o registro, então, retroativo, que é o que realmente importa? E só não houve a possibilidade por causa do problema de documentação, pelo motivo da Polícia Federal, como V.Exa. disse, estar em greve. Ele falou: "Eu não posso, eu não tenho autonomia para isso. Mas o fiscal do Ministério do Trabalho tem. Eu vou ligar para ele, vou pedir para ele me esperar, para a gente chegar lá, para a gente resolver isso".* Eu, chegando no frigorífico, o fiscal saindo, véspera de feriado, 5 horas da tarde: *"Ó, eu tenho compromisso, fala para ele que eu não posso ficar."* Eu falei: *"Tudo bem, mas ele pediu para o senhor aguardar"*. Bom, resumindo, como o fiscal do Ministério do Trabalho não estava, só estava a Procuradoria, então vamos fazer aquilo que já tinha sido definido. Eles já tinham deixado uma planilha pré-feita, em Excel, que, no fim, tive que eu pegar a planilha e recalculá-la para eles, porque eles não sabiam mexer. Foi até uma coisa... Eu calculando, literalmente. É o que aconteceu. Foi aí que o bom senso foi conversando, foi vindo. Aí, tudo bem. Então acertamos que esse TAC, eu pagaria a indenização por bens trabalhados, o salário mínimo da



categoria, 760 reais, que eles teriam direito a 1 hora extra por dia, por todo o período que trabalharam, que eu pagaria o aviso prévio e regularizaria a situação deles, e registraria eles. Eu perguntei: *"Doutor, a partir do momento em que eles estiverem registrados, começa contrato de experiência?"* Ele falou: *"Não, a partir daí são funcionários iguais aos outros."* Eu falei: *"Obrigado, era isso que eu queria saber."* Resumindo, depois de assinado tudo, eu falei: *"Doutor?" "O quê?" "E o saldo de salário que nós calculamos ali o senhor está mandando pagar só em dezembro, janeiro e fevereiro. Como é que eles vão viver até lá?" "Uh, nós não pensamos nisso."* Falei: *"Ah, tá. Então, eu vou pagar o saldo de salário, as horas extras, vou pagar agora, no pagamento deles, que eles teriam direito de receber, independente de não estar no TAC ou não, por uma questão de bom senso, e o resto, então, nós vamos tentar pagar em três vezes"*. Agora, tiveram casos — pelo testemunho deles e pelo que eles falaram, que nós não tivemos direito a acesso a esse momento do depoimento deles — de pessoas que estavam ali recém-chegadas há 10, 15 dias, que estavam aguardando esse processo de entrada, inclusive de vinda de documentação para poder trabalhar, que receberam mais do que quem estava lá. Administra isso depois! Como é que você vai explicar que isso foi uma determinação da Justiça, que mandou pagar mais para você que não trabalhou e, para aquele que trabalhou, pagar menos? Então, tem umas coisas que a gente tem que... Eu sou um cara muito prático, sou muito de questionar isso. Foi onde nós estamos tentando conversar com eles, porque isso gerou um problema da empresa para administrar esses paraguaios. Você imagine 50, 60 paraguaios achando que eram os deuses, desculpa o termo, e que a empresa era... e que eles a tudo tinham direito e dever nenhum, que não precisavam trabalhar, que... Imagine a minha equipe administrativa para administrar esse mal estar! Imagine os outros brasileiros, que trabalhavam lá! Na hora em que viram, falaram: *"Pô, mas os caras estão ganhando esse absurdo, e estão sacrificando o nosso décimo terceiro!"* Então, esse TAC foi feito dessa forma, de maneira corrida. Nós terminamos à meia-noite do dia 31 de fazer esse TAC. Esse TAC foi um TAC feito na véspera de feriado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Deputado Walter, o senhor, que ouviu tantos depoimentos, e, como Relator, o senhor já absorveu muitos desses



depoimentos, eu estou querendo ser esclarecido, não sei se o senhor pode contribuir.

Pelo que eu estou entendendo, entra um fiscal do trabalho com a denúncia, ele ainda não disse ainda, ou por iniciativa de fiscalização, para se certificar do trabalho escravo ou não. Ele sai de lá com a decisão de obedecer à legislação trabalhista.

Pior ainda, eu não sei a que ponto a legislação dá a liberdade de você negociar através de um TAC algo que a lei determina que seja cumprido para ele como empregador junto ao trabalhador, porque ali tem as obrigações do empregado e do empregador. Então, ele entra como fiscal de uma situação e sai como fiscal de outra. Ali, no decorrer do dia... Ele coloca aqui que começou de manhã e terminou à noite, com a elaboração de um TAC que obedeceu à legislação trabalhista — eu não sei, não conheço em detalhe.

Eu gostaria de estar entendendo isso aí, o que está acontecendo nessa história toda. Quando se ouve um depoimento de quem acha ou supostamente tenha passado pelo constrangimento do trabalho escravo, você começa a ouvir o outro lado, que é o do empregador. Você começa a confrontar as informações e essa dúvida vai surgir.

O senhor conseguiu absorver isso como Relator desta Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Eu estou sendo arguido agora. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - Não. É porque eu fiz uma pergunta e não estou dando conta de me entender dela, apesar de estar ciente do que ele está falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Veja bem, Deputado Carlos Magno, é recebida uma denúncia, em geral, é anônima, muitas vezes, por dentro da própria empresa. É montada uma operação com o Ministério Público, o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal, muitas vezes com o apoio de órgãos do Estado, que dão a sustentação, muitas vezes, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Metropolitana. Existe um pré-arrolamento daquilo que eventualmente vai ser identificado.



O empresário é questionado e ele senta junto com o Ministério Público para acertar a arrumação da Casa. Ele pode não aceitar. Ele pode não assinar o TAC, como a Casas Pernambucanas fez, por não admitir que ela tem culpa ou qualquer envolvimento naquelas irregularidades. Quando se assina o TAC, na verdade é a assunção de alguma responsabilidade, de alguma culpa. Mas existe um ambiente que o empresário se sente, eu não diria constrangido, forçado, mas é o ambiente que se cria para tentar resolver aquele impasse, muitas vezes, às vezes não, às vezes sim, com a presença da imprensa, que faz com que se queira rapidamente resolver aquele assunto.

Eu pude acompanhar duas missões com essas características. São operações muito fortes, muito fortes. São operações que levam ou pelo menos encaminham para uma solução, se possível, rápida e imediata, para que o desdobramento não piore ainda mais a situação. Tem envolvimento da legislação trabalhista, mas também daquilo que corresponde à análise do trabalho escravo.

Acredito que a conclusão do nosso relatório pode levar a uma identificação melhor das nossas dúvidas e, eventualmente, apresentação de sugestões para o aperfeiçoamento daquilo que existe hoje.

Vou pedir para o Sr. Antônio só para concluir, tendo em vista que já extrapolamos todo nosso horário, para que possamos encerrar nossa audiência.

**O SR. ANTÔNIO VALDECIR SPACIARI** - Só respondendo a pergunta se é legal ou não o trabalho de paraguaios. Segundo o acordo com o MERCOSUL, é permitido. O Ministério... A Justiça Federal libera uma carteira de identidade para estrangeiro, e ele solicita uma carteira de trabalho especial de estrangeiro.

Então, quer dizer, quanto a essa questão da legalidade, não existe nada dizendo que não pode. Inclusive, nós achávamos que tinha essa limitação de 30%. Depois, fomos informados pelo próprio pessoal do Ministério do Trabalho que não existia mais.

Um das questões que pediram pra mim e eu me esqueci de frisar é que nós nunca fomos ao Paraguai buscar. Foram pessoas que fizeram o contato, existem as vagas, o pessoal está precisando de mão de obra especializada, e o pessoal nos procurou.



O mesmo ambiente, eu já falei, em que o pessoal comia, eu comia. E a gente já vem pleiteando junto às entidades a questão de cursos de profissionalização.

Com relação ao seguro-desemprego, que foi falado, só para título da dificuldade, outra dificuldade que nós encontramos é o funcionário que trabalha 6 meses, uma maravilha e, a partir daí, começa com dissídio para ser mandado embora para ter direitos. Então, é fácil detectar hoje, vamos dizer, o profissional do seguro-desemprego. São 6 meses trabalhando registrado e 6 meses no seguro-desemprego. Essa é a coisa mais tranquila. Se quisessem resolver o caso, é fácil.

Eu fiquei feliz da vida quando o SINE anunciou que, para receber o seguro-desemprego, teria que fazer três entrevistas com indicações do SINE de vagas e que, se ele não optasse por nenhuma dessas três vagas que o SINE oferecia, ele não poderia receber o seguro-desemprego. Mas isso parece que não vingou.

Quando me falaram isso, eu falei: *“Vai ser a solução dos nossos problemas, porque a vaga está lá, sendo anunciada e não é preenchida.”*

Então, é a minha conclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Agradeço ao Sr. Antônio Valdecir.

Deputado Carlos Magno, só para completar a minha colocação em relação a sua pergunta, nas duas operações das quais nós participamos, efetivamente havia trabalho escravo. Só quero salientar essa diferença.

É muito interessante, portanto, o confronto de informações, a acareação que nós vamos realizar. Mas aquilo que nós vimos tanto em São Paulo como em Marabá é chocante. O Deputado Giovanni Queiroz estava junto. Não havia nenhuma dúvida de acontecimentos que indignam a atividade empresarial em nosso País.

Queria só lembrar, antes de encerrar os trabalhos, que nós vamos fazer uma sessão amanhã, às 15 horas, para aprovarmos o requerimento que vai permitir a nossa acareação.

Então, vou pedir aos Srs. Deputados, à nossa Comissão, aos senhores assessores que nos ajudem a garantir a presença, amanhã, apenas para votação desse requerimento. Vamos aprovar esse requerimento amanhã.

Quero registrar aqui a manifestação da Sra. Lindalva Albuquerque, que não achou ético criticar o trabalho dos servidores do Mato Grosso sem a presença deles.



A resposta à Sra. Lindalva, a quem nós agradecemos muito o questionamento, é que nós faremos exatamente a acareação para que eles possam se explicar. Nós não sabíamos da característica do depoimento, portanto não tem um questionamento ético aqui. Não seria ético se nós concluíssemos sem que eles pudessem fazer também a sua defesa.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO** - A que horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Amanhã, às 15 horas.

Então, agradeço à Sra. Lindalva. E nós vamos concluir respeitando a ética nos seus princípios e nos seus pilares.

Agradeço a presença de todos.

Amanhã, portanto, às 15 horas, uma nova sessão.

Está encerrada a nossa reunião.